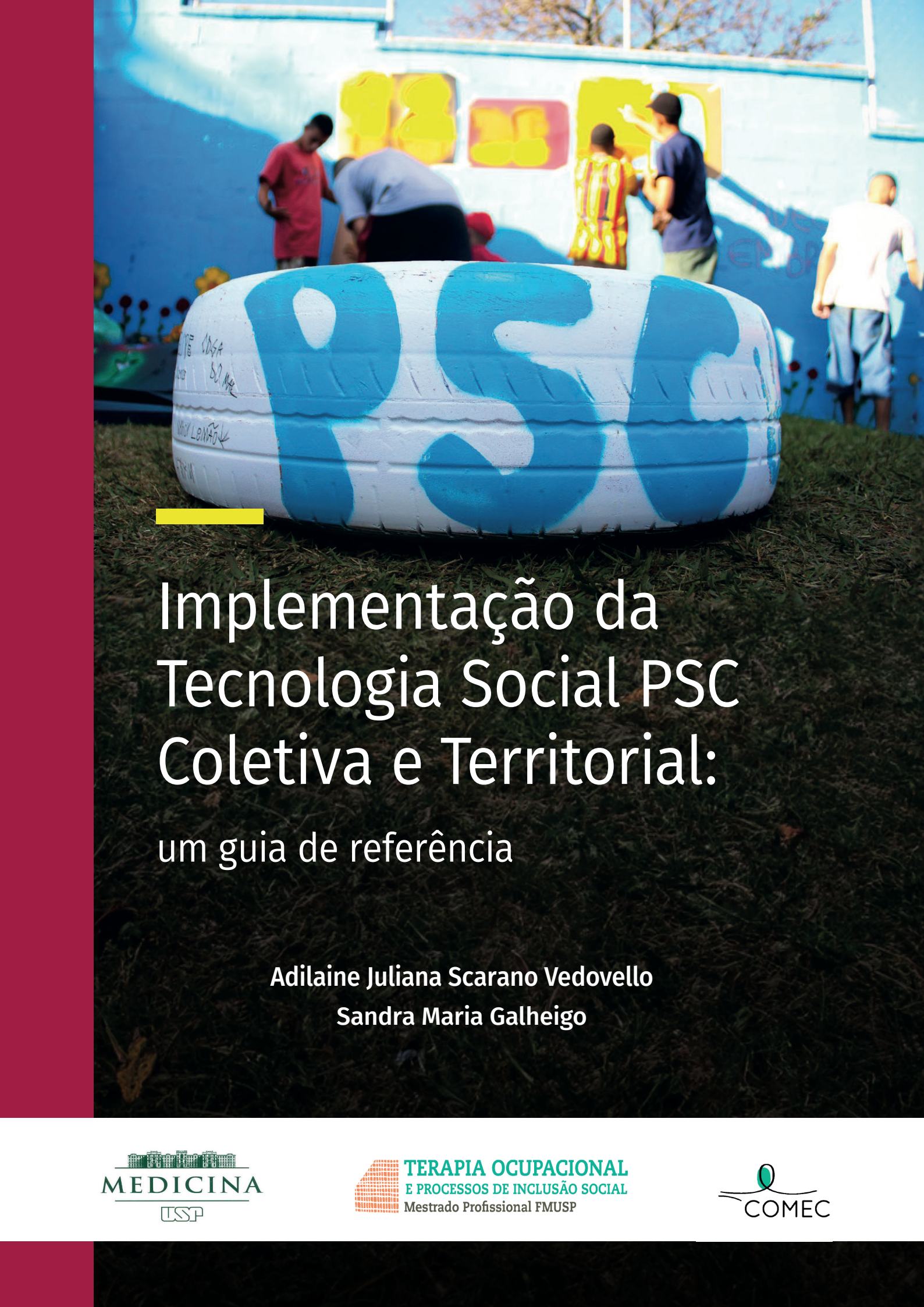




Implementação da Tecnologia Social PSC Coletiva e Territorial: um guia de referência

Adilaine Juliana Scarano Vedovello
Sandra Maria Galheigo

**IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PSC COLETIVA
E TERRITORIAL: UM GUIA DE REFERÊNCIA**

Adilaine Juliana Scarano Vedovello
Sandra Maria Galheigo

IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PSC COLETIVA E TERRITORIAL: UM GUIA DE REFERÊNCIA



Produto, processo e ação técnico-social resultante da dissertação de mestrado “Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial”.

Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo.

2023

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda

Faculdade de Medicina

Diretora: Profa. Dra. Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá

Vice-diretor: Prof. Dr. Paulo M. Pêgo Fernandes

Realização

Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social. Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC

Coordenação e elaboração de conteúdo

Adilaine Juliana Scarano Vedovello, Sandra Maria Galheigo

Diagramação

Luis Fernando Alves Porto

Fotos

Acervo COMEC

Foto da capa

Atividade desenvolvida como prestação de serviços à comunidade por meio de intervenção artística na E.E. Professora Maria Helena Antônio Cardoso, com a temática “18 de maio – combate a exploração sexual de crianças e adolescentes”, a partir de técnicas de grafite e de jardinagem.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil.

Esta licença permite compartilhar, remixar, adaptar e criar a partir do material para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Vedovello, Adilaine Juliana Scarano

Implementação da tecnologia social PSC coletiva e territorial:
um guia de referência / Adilaine Juliana Scarano Vedovello,
Sandra Maria Galheigo -- São Paulo: Faculdade de Medicina da
USP, 2023.

1 documento em formato eletrônico; il.; color.; (39 p).

e-book no formato pdf.

ISBN 978-65-89288-16-9

1. Adolescentes 2. Participação social 3. Prestação de
serviços à comunidade 4 Território sociocultural 5. Terapia
ocupacional I. Galheigo, Sandra Maria II. Título

WB555

Responsável: Daniela Amaral Barbosa, CRB-8 7533

Sumário

Apresentação	04
Introdução	06
Capítulo I – Balizamentos teóricos	08
Capítulo II – A tecnologia social PSC Coletiva e Territorial: eixos e desafios	
1. Eixos da estratégia metodológica PSC Coletiva e Territorial	12
2. Possíveis desafios para a implementação da PSC Coletiva e Territorial	17
Capítulo III – Fluxo do atendimento da PSC Coletiva e Territorial	21
Capítulo IV – Processo e execução de um projeto de PSC Coletiva e Territorial: detalhamento da atividade	31
Considerações finais	36
Referências bibliográficas	38

Apresentação



O guia de referência para a implementação da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL integra a dissertação de mestrado intitulada “Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial”, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O material é dirigido a profissionais e serviços que executam a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC) e tem a finalidade de apresentar a sistematização desta estratégia metodológica, que se constitui como uma tecnologia social.

Esta estratégia metodológica foi desenvolvida pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC, uma organização da sociedade civil, com uma trajetória de 43 anos de trabalho com adolescentes, jovens e suas famílias, na perspectiva da garantia de direitos. Sendo precursor ao ECA¹ (Brasil, 1990) e ao SINASE² (Brasil, 2012), o COMEC construiu uma atuação sempre pautada nos marcos legais e na articulação com o sistema de justiça.

A execução de medidas socioeducativas em meio aberto é um campo de práticas que ainda necessita de investimentos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias de ação, que promovam a socioeducação por meio da promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito, de modo a favorecer a participação social e o exercício da cidadania de adolescentes autores de ato infracional.

A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, realizada em meio aberto, tem natureza jurídica, sendo prevista no ECA¹ e regulamentada pelo SINASE². Entretanto, constata-se que, as regulamentações específicas para a execução desta medida socioeducativa não indicam recomendações quanto à sua operacionalização, mas enfatizam o cuidado para não ser uma atividade vexatória, a importância de considerar a capacidade do adolescente em cumpri-la e ainda, o caráter educativo e pedagógico, com acompanhamento no local determinado para seu cumprimento.

Portanto, este guia apresenta a sistematização da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL com o intuito de contribuir para o campo das medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil e afirmar a prevalência da socioeducação em liberdade para os adolescentes autores de ato infracional, com oportunidades de ressignificar suas trajetórias de vidas.



Introdução

Historicamente no Brasil, a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, foi sendo gradativamente atribuída à Assistência Social no processo de sua constituição enquanto política pública³ (Brasil, 2010). Os marcos legais e políticos que fundamentam e regulam o trabalho nos serviços de medidas socioeducativas são: o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA¹ (Brasil, 1990), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS⁴ (Brasil, 2004), o Sistema Único de Assistência Social⁵ (NOB/SUAS, 2005), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁶ (Brasil, 2009), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁷ (Brasil, 2011) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE² (Brasil, 2012). As medidas socioeducativas, segundo o ECA, são dirigidas ao adolescente entre 12 e 18 anos incompletos, considerados inimputáveis. E diante da possibilidade de o ato infracional ser cometido próximo aos 18 anos, o cumprimento da medida socioeducativa pode alcançar a maioridade e se

estender no máximo até os 21 anos.

É importante tomar como pressuposto de que o programa de execução das medidas em meio aberto é uma referência, um ponto de ancoragem para o adolescente e sua família durante o seu acompanhamento, que irá auxiliar sua circulação pelos equipamentos públicos, privados e na rede de serviços, a partir da lógica da incompletude institucional. É uma oportunidade para evitar a privação de liberdade e propiciar o exercício da cidadania (Teixeira, 2006)⁸.

A medida de PSC deve considerar a relevância comunitária do serviço oferecido pelo adolescente, buscando “uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades, direcionando construtivamente seu futuro” (Brasil, 2006, p.43)⁹. Deste modo, objetiva proporcionar ao jovem a oportunidade de desenvolver atitudes cidadãs, o sentimento de solidariedade e a consciência social.

O desfecho desta medida socioeducativa implica o envolvimento de toda a sociedade, a qual compete oferecer variadas oportunidades ao adolescente para cumprir a medida de PSC, não somente em repartições públicas, mas em locais diversos como: organizações da sociedade civil, entidades assistenciais, escolas, associações de bairro, dentre outras. Acolher o adolescente para cumprir a medida em questão, representa o início de um processo de inclusão social e torna a comunidade corresponsável pela oferta de oportunidades, acompanhamento e orientação de seu adolescente (Ferreira, 2006)¹⁰.

Perante a lógica da medida de PSC ser aplicada com a finalidade educativa e com alcance comunitário, é necessário reavaliar sua execução quando não estão assegurados o processo pedagógico e as reflexões acerca da relevância deste trabalho pelas entidades acolhedoras/parcerias, podendo colocar o adolescente em situação vexatória, discriminatória e /ou de exploração.



Capítulo I

Balizamentos teóricos

No âmbito da medida socioeducativa, uma das proposições é a de sustentar a importância de se valorizar a participação social, a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia de adolescentes.

Outro aspecto é o de afirmar a relevância das abordagens qualitativas, participativas e grupais como ferramentas metodológicas para estimular o desenvolvimento de práticas colaborativas e emancipatórias no escopo da socioeducação em ações comunitárias e territoriais.

A socioeducação deve ser um referencial fundamental para

se articular o acompanhamento de adolescentes e jovens, a partir de uma dimensão pedagógica, emancipatória e crítica. Tem como pilares a educação social de base popular e comunitária cujo objetivo é favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito. Neste sentido, a socioeducação busca possibilitar o diálogo com a vida cotidiana e o desenvolvimento de estratégias de superação das condições de miserabilidade, violência e marginalização social que afetam a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social (Silva, 2018)¹¹.

Com base na proposta da educação popular e emancipatória de Paulo Freire, a socioeducação valoriza os aspectos da compreensão da realidade, a abertura para o diálogo, as trocas de conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, considerados fundamentais para despertar o empoderamento dos sujeitos. A dimensão educativa deve favorecer as experiências do diálogo, a análise dos problemas e a verdadeira participação.

Na ação socioeducativa com adolescentes, deve haver um esforço para se criar estratégias de garantia de uma participação democrática, onde todos se sintam convidados a refletir e contribuir a partir do seu conhecimento. Essas estratégias legitimam a presença e seu direito de fala sobre diversos aspectos.

A partir da diversidade das experiências, da reflexão crítica compartilhada e do exercício da consciência coletiva, pode-se criar um espaço confiável para os adolescentes, possibilitando discussões sobre a realidade concreta de suas vidas. Nesta perspectiva, hooks¹² (2017) afirma que as práticas pedagógicas críticas, favorecem os processos de aprendizados engajados na criação de diferentes linguagens e na ruptura de fronteiras disciplinares.

Portanto, é necessário investir em uma pedagogia que proporcione a reflexão, a crítica e a sistematização dos processos educativos, bem como de objetivos socioeducativos alcançáveis. Ao reconhecer a capacidade de participar ativamente da construção de processos decisórios e ter presença reconhecida e valorizada, abre-se um campo de possibilidades e oportunidades de trabalho com e pela liberdade. Assim, a ação socioeducativa, ao propiciar a participação e o diálogo coletivo, bem como a partilha de experiências e narrativas, auxilia a estabelecer o compromisso comunitário com contribuições construtivas.

Na mesma perspectiva, o exercício da cidadania na socioeducação, é um dos pilares do trabalho que se propõe a promover reflexões sobre a garantia de direitos e a relação com a vida em sociedade. No âmbito da legislação brasileira, que orienta uma responsabilidade compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade para efetivação da cidadania, é de fundamental importância reconhecer as fragilidades desta articulação e reforçar que tem implicações em sua trajetória de vida.

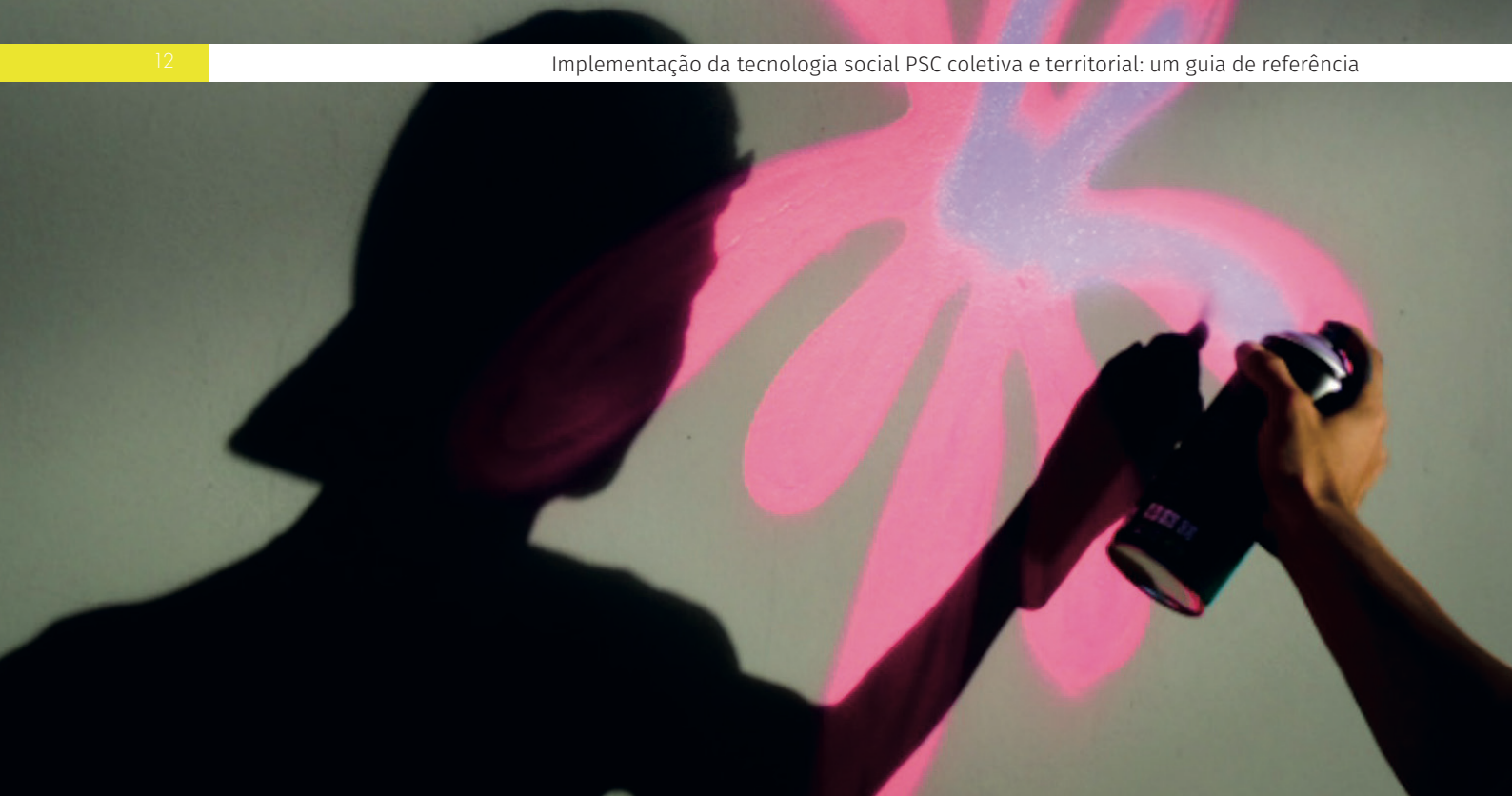
No caso das ações a serem desenvolvidas junto ao adolescente autor de ato infracional, é fundamental sua construção a partir de uma Pedagogia voltada para a formação do sujeito e do cidadão. É necessário desenvolver o sentido de responsabilidade para consigo mesmo e com os outros (Costa, 2020)¹³. Deste modo, trabalha-se a emancipação destes adolescentes, na perspectiva de vislumbrarem projetos de vida a partir da ampliação de conhecimentos, do desenvolvimento crítico e da sua capacidade de escolhas e convicções.

Na perspectiva do acompanhamento do adolescente autor de ato infracional, deve se considerar como premissa do trabalho socioeducativo, o respeito a sua situação peculiar de desenvolvimento e a sua singularidade para além do ato infracional.

As metodologias participativas podem favorecer a promoção da cidadania e da emancipação social de adolescentes e jovens, a partir de suas experiências e demandas em consonância com a realidade do seu território, o que pode fortalecer a capacidade para atuarem nos processos sociais da comunidade de pertencimento.

Inspirado pelas ideias de Paulo Freire¹⁴ (2019), o trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto apropria-se de manejos da educação popular, que pressupõem uma ação dialógica do sujeito com sua realidade e um processo educativo com potencial transformador. O adolescente desenvolve sua autonomia a partir das experiências vividas e exercita a participação a partir do processo de aprendizagem. Deste modo, busca-se possibilitar ao adolescente as experiências do debate, apropriação e análise dos problemas sociais onde está inserido, estimulando sua verdadeira participação na problematização das questões vividas.

As metodologias participativas na socioeducação devem acontecer de modo articulado às experiências de vida dos adolescentes em seu território de vivência, por compreender que sua influência implica na constituição do sujeito e dos seus laços sociais.



Capítulo II

A tecnologia social PSC COLETIVA E TERRITORIAL: eixos e desafios

1. Eixos da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL

Para o desenvolvimento da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL, quatro eixos são delineados como importantes pilares desta proposta: a atividade como principal recurso da PSC, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar.

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL acontece por meio de atividades que são planejadas e executadas coletivamente durante os grupos socioeducativos, que se iniciam internamente e se efetivam no território. Portanto, **a atividade** é um dos recursos centrais, sendo a articuladora do processo grupal, utilizada ao início, meio ou fim da PSC,

e do produto final. A realização de atividades possibilita experiências de criação, elaboração e transformação para o adolescente e o grupo.

As atividades, que podem ser artísticas, artesanais, culturais, lúdicas e de lazer, são utilizadas como recurso para facilitar a interação grupal, fortalecer os vínculos do grupo, bem como possibilitar ao adolescente se conhecer como sujeito de direitos - alguém que faz escolhas, cria, organiza e possibilita conectar o seu fazer com a vida cotidiana. O uso de diferentes materiais e estratégias enriquecem os modos de fazer e participar, promovendo a atenção às necessidades no âmbito individual e coletivo. Portanto, gera para os adolescentes sentimentos de satisfação e conhecimento de suas potencialidades, contribuindo para a desconstrução de rótulos negativos impostos pela sociedade. Assim, a atividade se constitui como recurso de transformação.

Na execução da PSC, o uso de diversos recursos e linguagens que possibilitam a representação dos adolescentes e legitimam suas potências pela arte, música, grafite, rima, desenho, jardinagem, entre outros, favorece o deslocamento de suas vivências do mundo infracional. Perceber-se em uma posição de valor e visibilidade social, conquistada a partir da atividade desenvolvida, permite ao adolescente ocupar o lugar social de sujeito transformador na sua comunidade.



Esta estratégia possibilita - pela criação, expressão e concretude da ação transformadora - que o sujeito acesse e desenvolva sua capacidade de resistir e existir.

O **atendimento grupal** é uma das abordagens relevantes para o engajamento dos adolescentes em uma prática de diálogo, onde é possível a troca de vivências e o compartilhamento de aspectos culturais e de saberes. No grupo, é importante ajudar os adolescentes a falarem e se escutarem, produzindo sentido a cada encontro. No processo socioeducativo, o trabalho grupal caracteriza-se como uma dinâmica entre os pares, que promove para os adolescentes, interações e vivências que possibilitam a concretude da produção de sentidos e do potencial de transformação.

Estar em grupo possibilita aos adolescentes realizarem uma interlocução entre suas histórias. Indo além, promove o reconhecimento de si na fala do outro e um espaço de pertencimento e de afeto em que podem ser escutados, percebidos, reconhecidos e validados. O trabalho grupal também propicia um lugar de fala ao adolescente, contribuindo para o processo de identificação, reconhecimento e ressignificação de suas experiências nos contextos de vida das juventudes, da negritude e da periferia. Ainda, escutar as questões trazidas pelo grupo, é uma ferramenta que dá abertura para o acolhimento de situações emergentes que acontecem no território.

O grupo conecta as diferentes histórias de vida dos adolescentes com suas experiências singulares e possibilita o encontro complexo de realidades cotidianas que se somam. Esta abordagem favorece trocas entre pares e a oportunidade de dialogarem e se constituírem em um coletivo com identidade.

A vivência do espaço coletivo favorece a confiança, o reconhecimento das diferenças, o pertencimento e o crescimento pessoal, e promove o deslocamento da culpabilização adolescente para seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos. Ser acolhido no grupo sem discriminações, ser escutado e ter possibilidade de participação configura uma ação

humanizada e de inclusão social. Nesta perspectiva, o trabalho alcança as diretrizes do ECA, na compreensão da adolescência como uma fase peculiar de desenvolvimento, que implica na constituição da experiência do individual para o coletivo.

O trabalho grupal nesta estratégia de PSC permite experiências de pertencimento e engajamento em atividades que favorecem a responsabilização pela socioeducação, que ganha sentido para o adolescente.

A **ação territorial**, considerada a mais relevante das estratégias da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, favorece trabalhar os adolescentes a partir de seu lugar de pertencimento, ao mesmo tempo, em que promove a consciência da territorialidade, isto é, que conheçam melhor o lugar onde residem e os espaços e serviços locais existentes como possíveis redes de apoio. A ação na comunidade possibilita também a identificação das fragilidades e potências do território. Deste modo, a inserção territorial favorece ao adolescente reconhecer seu papel social na comunidade de pertencimento e sua vivência como agente de transformação. Esta pode ser uma experiência importante na relação do adolescente com a rede intersetorial, enquanto lhe possibilita conhecer os serviços locais existentes e/ou ausentes e suas finalidades. Esta conexão territorial pode permitir o protagonismo do adolescente a partir de sua própria história e a de sua comunidade.

Realizar a PSC COLETIVA E TERRITORIAL no território favorece um trabalho voltado para a realidade desses adolescentes e lhes possibilita deixar uma contribuição diferenciada no espaço onde vivem. Devolver uma ação à comunidade de pertencimento atribui valor social ao adolescente e contribui para sua autonomia enquanto cidadão. Na responsabilização coletiva, a atividade desenvolvida deve

fazer sentido no processo socioeducativo e favorecer a vivência de transformar as histórias de outros sujeitos. Estar na comunidade pode propiciar o conhecimento de líderes comunitários que sejam referências significativas para a transformação da comunidade a partir das trocas de experiências com outras pessoas.

O território, que recebe a ação da PSC, pode ser compreendido como um espaço de expressão e diálogo, que produz significado e sentido para os adolescentes, pois é o lugar onde eles circulam e vivenciam situações cotidianas.

O **acompanhamento familiar**, outra abordagem relevante da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, implica no desenvolvimento de um trabalho com as famílias de modo a favorecer a desconstrução dos aspectos da cultura punitiva que envolve todo o processo de apuração do ato infracional. Este trabalho com as famílias possibilita, ainda, afirmar que a medida socioeducativa pode alcançar outras perspectivas no acompanhamento do adolescente. A oferta de um espaço de escuta para as famílias, seja sobre as dificuldades vivenciadas com a adolescência ou as relações estabelecidas na dinâmica familiar, favorece um trabalho potente. O trabalho grupal com as famílias pode possibilitar trocas de experiências e ampliação de conhecimento de temas transversais, culminando em um espaço de cuidado que pode reverberar em um melhor convívio familiar.

O trabalho desenvolvido com a parceria da família possibilita a compreensão do sentido pedagógico do cumprimento da medida socioeducativa, suas implicações na vida cotidiana e, portanto, a família também se modifica neste processo.

Ainda, auxilia os familiares a lidarem com as expectativas e dificuldades destas adolescências e sua relação com o universo infracional. Deste modo, o trabalho com os responsáveis é um lugar de cuidado, que se reflete na saúde deste grupo familiar.

A proposta é de escutar as famílias sem culpabilizá-las e revitimizá-las, com ações individuais e grupais, de modo a promover espaços de cuidado e de reconhecimento que reverberam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Assim, esta prática da PSC COLETIVA E TERRITORIAL reafirma parâmetros importantes para a proteção social especial de média complexidade.

2. Possíveis desafios para a implementação da PSC Coletiva E Territorial

Na execução da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, reconhecem-se dificuldades e desafios no desenvolvimento das ações, que podem ser limitadores da prática.

O primeiro desafio é a proposta fazer sentido para o adolescente.

A implementação da estratégia metodológica se confronta, de imediato, com a dificuldade dos adolescentes em desconstruir a cultura do sistema prisional a que têm referência, isto é, reproduzindo falas de que vieram para “assinar carteirinha”, ou seja, realizar a atividade imposta, atestar sua frequência e ir embora. O desafio, portanto, é trabalhar com os adolescentes sua compreensão de que a proposta da PSC COLETIVA E TERRITORIAL é pedagógica, com ações socioeducativas que visam promover o reconhecimento de seu papel na sociedade, dar significado à possibilidade de fazer algo para o outro de forma coletiva

e, alcançar se possível, um processo de transformação. Neste sentido, o desafio do trabalho é assegurar que o adolescente compreenda o significado da responsabilização trazida pelo cumprimento da medida socioeducativa, e desta forma, legitimar todo o processo em que está inserido. Consequentemente, garantir que as diferentes interfaces e intervenções para o alcance do objetivo da medida de PSC façam sentido para o adolescente, de forma que ele possa se beneficiar deste fazer em seus vários aspectos e do processo de assimilação de novas experiências.

O segundo desafio é garantir a adesão do adolescente à proposta.

Afinal, a frequência irregular nos grupos pode impactar no processo socioeducativo e na realização da proposta no território, considerando as etapas da atividade, sua execução e conclusão durante o tempo previsto para o cumprimento da medida de PSC. As ausências podem também resultar no distanciamento do adolescente do processo em construção e, por vezes, pode prejudicar a atividade grupal. Destacam-se, ainda, os desafios para indicar parceiros para o desenvolvimento da atividade de PSC, já que alguns adolescentes podem ter poucas vivências no seu território. Diante desta realidade, a equipe precisa ter em mãos opções para ampliar escolhas e/ou direcionar uma atividade e/ou indicar um serviço que demonstrou interesse de forma espontânea para receber uma PSC.

O terceiro desafio é a implementação grupal e territorial da proposta.

No que tange à abordagem grupal, o fato do grupo ser aberto e ter participantes com diferentes tempos de cumprimento de medida é um dificultador para organização da prática. Isso exige do grupo e da equipe

investir na vinculação de quem está entrando e retomar combinados e processos já iniciados. Ainda, é um desafio à realização de projetos de PSC em curto tempo (com início, meio e fim) e garantir que os adolescentes compreendam as etapas de planejamento e execução e concluam um projeto completo. No que tange à abordagem no território, o fato de não ter os mesmos limites espaciais da instituição, a execução da PSC COLETIVA E TERRITORIAL requer manejos da equipe para lidar com os adolescentes em seu território de pertencimento, de modo a reduzir estímulos que favorecem a não implicação com a atividade planejada e a interferência de outros atores da comunidade.

O quarto desafio é a garantia do diálogo e da cooperação dos serviços-parceiros.

A interlocução com os serviços-parceiros pode ser um facilitador importante para ampliar sua compreensão da metodologia da PSC COLETIVA E TERRITORIAL e alinhar sua própria demanda com a proposta sugerida pelo grupo e com aquilo que os adolescentes têm alcance para fazer. Ainda, na execução da atividade, um dos desafios é lidar com imprevistos, como, por exemplo, quando as escolhas de cores e desenhos representativos para os adolescentes poderão causar conflitos ou desgostos ao serviço e ao território. Importante lembrar, que há uma tendência de adolescentes escolherem representações do universo infracional para ilustrarem seus trabalhos. Isso requer um manejo da equipe junto ao parceiro e, também, ao grupo, sendo necessário ampliar as reflexões dos adolescentes sobre os impactos de suas escolhas. Outros desafios podem ainda demandar improvisação para readequação da atividade a ser desenvolvida: adversidades climáticas que impactam as atividades externas, como a chuva; imprevistos no âmbito do serviço-parceiro, como falta de funcionários e mudança na rotina de trabalho, que resultam em cancelamento das atividades.

O quinto desafio é a garantia de condições operacionais para o desenvolvimento da proposta.

É fundamental a disponibilidade de recursos materiais e humanos para a realização da proposta, a saber: a garantia de transporte ou vale-transporte para o deslocamento dos grupos de adolescentes e da equipe para a ação territorial; a aquisição de recursos materiais para a realização das diversas atividades de PSC e; a garantia de equipe multidisciplinar capacitada e dedicada à implementação da proposta.

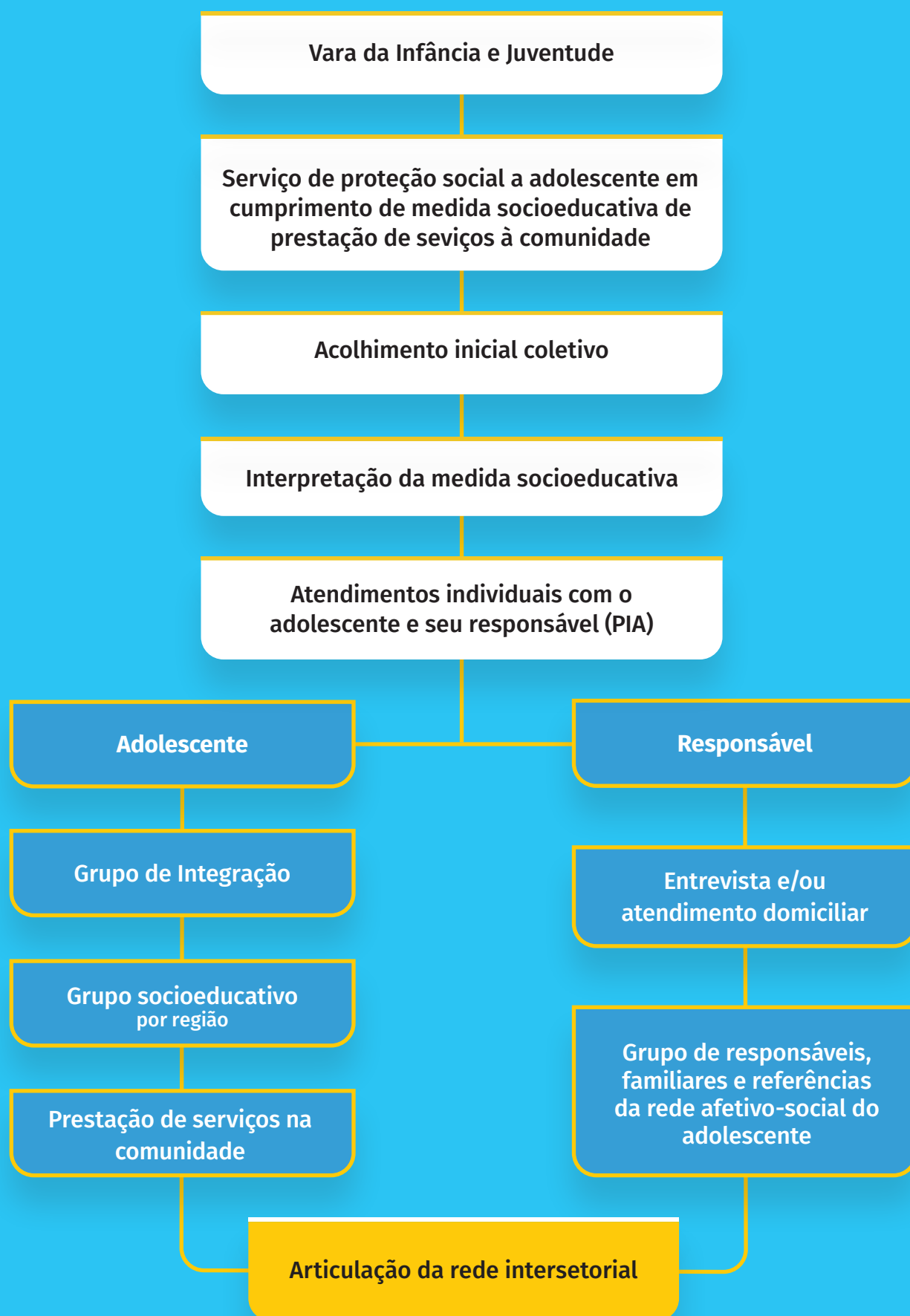


Capítulo III

Fluxo do atendimento da PSC Coletiva e Territorial

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL consiste em uma tecnologia social que deve ser aplicada para a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade a partir de uma série de estratégias de atendimento que se organizam em etapas sequenciais, tal como o fluxograma apresenta.

Esta organização proposta consiste em sugestão de aplicação da tecnologia social e objetiva servir de parâmetro para os Serviços de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC, compreendendo os diferentes cenários e contextos. Os ajustes necessários ficam a critério de cada serviço.



O fluxograma apresenta as estratégias de atendimento que organizam a aplicação da tecnologia social para o acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa. São elas: acolhimento inicial coletivo; interpretação da medida socioeducativa; atendimentos individuais com o adolescente e seu responsável; grupo de integração; grupo socioeducativo por região; prestação de serviços; entrevista e atendimento domiciliar; atendimentos individuais; grupo de responsáveis e articulação com a rede intersetorial.

Acolhimento inicial coletivo

Objetivo: realizar orientações iniciais da medida socioeducativa de PSC e verificar demandas que irão compor o plano de atendimento.

Participantes: adolescentes e seus responsáveis encaminhados pela Vara da Infância e Juventude para o cumprimento da medida de PSC.

Modalidade de atendimento: grupal

Frequência: um único encontro grupal. O serviço deve decidir um dia fixo para realização do acolhimento, por ex. um encontro semanal, a depender do fluxo de recebimento de novos adolescentes para cumprimento da medida.

Conteúdo trabalhado no acolhimento inicial: Os adolescentes e seus responsáveis são orientados quanto à: frequência dos atendimentos; acompanhamento da equipe de referência; regularização da documentação pessoal; acompanhamento escolar; uso do bilhete único, e ainda, desenvolvimento da medida socioeducativa de PSC¹.

¹ O COMEC desenvolveu para esta ocasião um vídeo institucional para favorecer que as informações sejam passadas de forma didática, com uso de imagens e linguagem acessível.

Interpretação da medida socioeducativa

Objetivo: realizar atendimento inicial com o adolescente e seu responsável para a interpretação da medida socioeducativa pela equipe de referência.

Participantes: adolescente e seu responsável

Modalidade de atendimento: individual com o adolescente e seu responsável.

Frequência: um único encontro realizado com adolescente e responsável em horário agendado ao final do acolhimento coletivo.

Objetivos específicos da interpretação da medida:

- Iniciar vínculo com os profissionais da equipe de referência;
- Discutir e refletir sobre a medida socioeducativa;
- Esclarecer quanto ao trabalho a ser desenvolvido com o adolescente e sua família;
- Perceber como o adolescente e seu responsável compreendem o processo da MSE;
- Permitir que o adolescente e seu responsável tenham um espaço de escuta, dando início ao processo de ressignificação do ato infracional;
- Propiciar ao adolescente e seu responsável falarem sobre o ato infracional em um contexto de cuidado e proteção e refletirem sobre o modo como ocorreu, os motivos que podem ter levado o adolescente ao ato, as consequências e interferências causadas na vida do adolescente e sua família, entre outros;
- Favorecer que sentimentos sejam expostos e refletidos;
- Compreender a dinâmica familiar estabelecida.

Atendimentos individuais com o adolescente e seu responsável

Objetivo: conhecer o histórico de vida do adolescente e de sua família e esclarecer sobre seus direitos e deveres, na perspectiva de iniciar a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Participantes: adolescente e seu responsável

Modalidade de atendimento: individual; adolescente e responsável são atendidos separadamente pela equipe de referência.

Frequência: de dois a três encontros realizados com o adolescente e responsável em horário agendado previamente.

Objetivos específicos do atendimento individual com o adolescente:

- Iniciar o processo de vinculação;
- Propor escuta qualificada;
- reforçar o aspecto socioeducativo da proposta de responsabilização do ato infracional;
- Explicar os princípios da medida de prestação de serviços à comunidade;
- Abordar temas como: responsabilidades a ele atribuídas no processo judicial; aspectos de sua vida escolar; aspectos de seu acompanhamento de saúde; seu histórico ocupacional; relações familiares e redes de apoio, e; seu projeto de vida;
- Apresentar a proposta e operacionalização do atendimento grupal socioeducativo ao qual o adolescente será inserido.

Objetivos específicos do atendimento individual com o responsável:

- Compreender a dinâmica familiar presente e seu histórico na linha do tempo;

- Conhecer os papéis de cada membro na relação familiar;
- Conhecer os impactos familiares resultantes do ato infracional;
- Compreender os significados ao ato infracional para a família;
- Propor escuta qualificada;
- Promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Estabelecer parceria no acompanhamento da medida socioeducativa do adolescente.

Grupo de integração

Objetivo: realizar a recepção inicial dos adolescentes para a apresentação do trabalho grupal.

Participantes: adolescentes que estão iniciando a medida no mês.

Modalidade de atendimento: grupal

Frequência: um encontro

Objetivos específicos do Grupo de integração:

- Favorecer a integração entre os pares, a vivência de um processo grupal e a apresentação da metodologia a ser desenvolvida nos grupos por região;
- Apresentar os combinados para o bom funcionamento dos grupos por região;
- Explicar a proposta da territorialidade na execução da medida e exemplificar as possibilidades de atividades de prestação de serviços.

Recursos: Para a facilitação do encontro grupal, podem ser utilizados jogos, vídeos com atividades realizadas, fotografias, entre outros².

²O COMEC desenvolveu dois jogos para serem utilizados nesta proposta: “Mitos e Verdades” que auxilia na resolução das dúvidas concretas sobre o modo de cumprir a medida socioeducativa de PSC e “Cidade em Fluxo” que favorece a exploração do mapa da cidade, com as especificidades dos territórios e seus serviços nas macrorregiões.

Grupo socioeducativo por região

Objetivo: Planejar e executar as atividades grupais no território.

Participantes: adolescentes, organizados em grupo por região, independente de seu prazo de medida a cumprir.

Modalidade de atendimento: grupal - acompanhamento de adolescentes, subdivididos pela região de moradia para a realização da PSC em seu território.

Frequência: um encontro semanal, sem número fixo de encontros.

Etapas do acompanhamento grupal socioeducativo por região

- Conhecer/reconhecer o território: diagnóstico das condições socioeconômicas, da infraestrutura e dos serviços existentes/ausentes na região de moradia;
- Definir serviço, instituição e/ou grupos, setores da população local que poderão se beneficiar com a prestação de serviço e/ou pelos quais os adolescentes demonstrem interesse;
- Realizar contato telefônico com o serviço-parceiro escolhido pelo grupo para apresentar a proposta;
- Estabelecer a parceria, com ofício institucional, se o serviço-parceiro responder positivamente;
- Agendar visita do grupo de adolescentes, para conhecer o serviço-parceiro e suas demandas;
- Avaliar as demandas e as habilidades do grupo, para definição da prestação de serviços;
- Planejar e preparar a atividade a ser desenvolvida no território;
- Executar a atividade no território.

Recursos: O uso de atividades artísticas, artesanais, lúdicas, dentre outras, permeia o acompanhamento grupal, podendo ser utilizada a qualquer momento para integração e fortalecimento dos vínculos do grupo.

Descrição do processo grupal no território

O grupo socioeducativo por região é iniciado pelo reconhecimento do território para o qual são utilizadas dinâmicas para a compreensão de suas características. Neste momento são discutidas as condições socioeconômicas da região, os equipamentos e serviços existentes ou ausentes e os locais possíveis para o desenvolvimento de projetos que tragam contribuições para a comunidade.

O grupo é convidado a sugerir um ou mais serviços públicos (saúde, educação, cultura, lazer e outros) ou ainda, apontar o perfil de usuários dos serviços (crianças, adolescentes, adultos, idosos e outros) com que gostariam de trabalhar para a efetivação da PSC. Posteriormente, deve-se contatar o serviço-parceiro sugerido pelo grupo, para quem é apresentada a proposta. Com a definição do serviço-parceiro, realiza-se agendamento de uma visita do grupo para conhecer o serviço e levantar as possíveis demandas para a efetivação da PSC. Após a visita, reflete-se sobre as atividades possíveis de se executar no serviço-parceiro, considerando as demandas apresentadas em consonância com as habilidades do grupo. Verifica-se o material necessário e inicia-se o planejamento das etapas que farão parte do processo em sua totalidade. A seguir, a atividade é realizada em suas diferentes etapas e cabe ao serviço executor da medida de PSC decidir o momento de sua realização no território, respeitando o tempo necessário para sua conclusão.

A realização dos grupos socioeducativos por região possibilita que adolescentes tragam conteúdos significativos a partir das relações cotidianas que vivenciam no território. A indicação é que os conteúdos trazidos sejam problematizados de modo a favorecer a expressão e a reflexão dos adolescentes.

A proposta é que a prestação de serviços na comunidade faça sentido para o adolescente, possibilitando a mudança de seu papel social a partir da realização de ações na sua comunidade, o que favorece sua inserção social e transformação pessoal.



Entrevista e/ou atendimento domiciliar

Objetivo: Conhecer a realidade social da família, da região e do território em que o adolescente reside e identificar demandas e redes de apoio da comunidade.

Participantes: membros do grupo familiar

Modalidade de atendimento: por núcleo familiar

Frequência: por demanda

Objetivos específicos:

- Compreender singularidades das questões sociais vividas pelo adolescente e família;
- Obter maior compreensão da dinâmica familiar;
- Fortalecer o vínculo entre os profissionais do serviço e o grupo familiar;
- Reconhecer as especificidades do território de moradia.

Grupo de responsáveis, familiares e referências da rede afetivo-social do adolescente

Objetivo: Favorecer um espaço de trocas e experiências de interesse pessoal e grupal.

Participantes: responsáveis, familiares e referências da rede afetivo-social do adolescente

Modalidade de atendimento: grupo aberto

Frequência: quinzenal e/ou mensal

Objetivos específicos:

- Propiciar integração e reflexão entre os participantes;
- Esclarecer quanto ao trabalho com os adolescentes na medida socioeducativa;
- Discutir temáticas transversais;
- Promover espaço de cuidado;
- Contribuir para o fortalecimento da rede afetivo-social de suporte do adolescente.

Articulação da rede intersetorial para o suporte do adolescente e família

Objetivo: articular a rede intersetorial de modo a viabilizar a efetividade do PIA e a continuidade da atenção, na perspectiva da garantia de direitos.

Participantes: membros da equipe de referência dos adolescentes e familiares

Modalidade de atendimento: contatos, articulações e reuniões

Frequência: por demanda



Capítulo IV

Processo e execução de um projeto de PSC COLETIVA E TERRITORIAL: detalhamento da atividade

Este capítulo se propõe a descrever as etapas e processos desencadeados durante a efetivação de um projeto de prestação de serviços no território, realizado pelo COMEC. Sua apresentação busca servir como ilustração e exemplo do processo de elaboração e execução da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL.

A atividade descrita tem como tema central “a desmistificação da loucura”, realizada em parceria com um Centro de Convivência.

Processo de escolha do serviço-parceiro

Neste grupo socioeducativo, ao se discutir o serviço-parceiro e o público que gostariam de conhecer, um adolescente relatou que gostaria de realizar uma prestação de serviço em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), considerando que sua mãe era usuária deste serviço. A princípio, o grupo apresentou resistência diante da sugestão, pois além de terem a visão de que esse serviço era para “loucos”, existia ainda a experiência de alguns adolescentes que faziam uso de substâncias psicoativas serem encaminhados por determinação judicial ao CAPSIIJ. Diante disso, foi proposto que o grupo se permitisse conhecer este serviço, o público atendido e os espaços ofertados aos usuários da saúde mental. O grupo aceitou a proposta.

Processo de elaboração do tema

Para compreender o papel dos CAPS, foram realizadas atividades para resgatar a história da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, bem como a perspectiva humanizada de tratar os usuários da saúde mental.

Realizou-se o resgate histórico sobre como foi a elaboração das políticas públicas antimanicomiais, fazendo relação com as atuais políticas públicas de internação compulsória, da internação de adolescentes na Fundação Casa e como esses movimentos, na prática, podem ser analisados de forma crítica, culminando na compreensão de conceitos como “higienização urbana” e “isolamento social”. Fotos sobre: **“O Hospital Colônia de Barbacena”** fundado na cidade de Barbacena em Minas Gerais no ano de 1903, que ficou conhecido na época como “Cidade dos loucos”, foram apresentadas.

Posteriormente, os adolescentes foram convidados a compartilhar os sentimentos que vinham à tona. Alguns não se pronunciaram, outros

trouxeram a questão do isolamento e da “prisão”. Os adolescentes ficaram comovidos com as fotos e sua contextualização. Após esse primeiro momento de discussão e familiarização com o tema, foram abordadas as fundamentações teóricas da reforma psiquiátrica, fazendo um recorte sobre a importância de encarar o tratamento (seja de saúde mental e/ou uso abusivo de drogas) em sua relação com a sociedade. Discutiu-se sobre a garantia de direitos mínimos básicos para uma vida saudável, e não simplesmente buscar resolver o problema isolando o sujeito da sociedade e o privando ainda mais de direitos básicos. Alguns dos meninos questionaram os quadros psiquiátricos mais graves, no sentido de “Mas e os loucos que batem e agredem as pessoas ou que matam e fazem o mal”? Trabalhou-se na lógica de que cada caso é cuidado de acordo com sua necessidade e gravidade. Nesse contexto conversamos sobre a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e como surgiram para o cuidado em liberdade e uma atenção humanizada em saúde mental.

Um dos eixos da discussão foi o questionamento sobre os CAPS, já que alguns adolescentes vinham com a determinação do judiciário para frequentar o CAPSII devido ao uso de substâncias psicoativas. Alguns meninos também relataram a proximidade com usuários da saúde mental na família ou no bairro. Buscando uma quebra dos estereótipos e preconceitos encontrados no debate, principalmente sobre a maconha, buscou-se fazer uma relação crítica e coerente com a realidade de muitos deles com o uso de drogas. Analisaram-se os direitos e deveres da criança e do adolescente e de que cada sujeito pode ter uma resposta diferente perante o uso da droga.

Foi proposto assistir ao filme “Bicho de Sete Cabeças” que ajudou no fechamento do debate sobre a reforma psiquiátrica e as internações involuntárias. Após todas essas reflexões, realizou-se acesso ao serviço parceiro para conhecer o trabalho oferecido.

A visita ao serviço-parceiro

Realizou-se visita no Centro de Convivência Casa dos Sonhos, espaço este que possui parceria com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira no município de Campinas (Serviço especializado da saúde mental) onde a psicóloga apresentou o serviço e todas as atividades realizadas. Explicou que por ser um Centro de Convivência, recebia usuários da comunidade em geral e da saúde mental e que essa convivência proporcionava uma troca interessante entre eles. Observaram uma oficina em andamento de mosaico com uso de azulejos, com a participação de 10 usuários. Essa apresentação possibilitou que os adolescentes entendessem o sentido do trabalho humanizado, onde aquelas pessoas até então consideradas “loucas”, tinham a capacidade de aprender e ensinar mutualmente. A proposta do serviço para os adolescentes foi com foco em oficina de atividades para os usuários.

O processo de elaboração da atividade

Diante dessa sugestão, o grupo buscou ideias de como poderia realizar uma atividade de forma criativa e com material já existente na entidade. Foi então que um dos adolescentes mostrou o desenho de uma mandala e sugeriu para que fizéssemos com os usuários. A partir dessa sugestão, realizou-se uma pesquisa para entendimento do significado da mandala e o quanto esse trabalho necessitava de concentração e criatividade para se tornar algo prazeroso e bonito.

O grupo realizou uma vivência da atividade no COMEC. Escolheram o desenho, aplicaram em tela de pintura e depois utilizaram miçangas para preencher a mandala.

Na semana seguinte, a atividade foi proposta para o Centro de Convivência. Este trabalho exigiu que cada adolescente ficasse com um usuário para auxiliar no desenho, na escolha das cores de cada miçanga e na colagem na tela. Percebeu-se um momento de troca, dedicação e paciência, uma vez que esses usuários tinham suas limitações e os adolescentes estavam empenhados em auxiliá-los.

Este projeto contou com a participação de oito adolescentes, um técnico/orientador de medida, um educador social e foi realizado em oito encontros.

Essa experiência foi interessante para os adolescentes:

“Nossa dona, eu imaginava que louco só ficava alucinado, hoje tive prova que eles fazem coisas melhor do que a gente, você viu a tela da dona Inês? Ficou da hora!” G. H. M, 17 anos.

“Nunca imaginei que eu teria capacidade de ajudar alguém assim, eu pensei que só sabia jogar bola, mas quando sentei com o Marcelo e fui só ajudando ele a colar, percebi que o mínimo que a gente sabe pode ser o bastante para outra pessoa, o cara ficou feliz e eu emocionado” B. H. L. D, 18 anos.

Portanto, o desenvolvimento desta atividade engajou os adolescentes no exercício de auxiliar o usuário, ao mesmo tempo, em que possibilitou um momento de trocas, que exigiu dedicação e paciência e favoreceu o reconhecimento da capacidade de fazer de usuários de serviços de saúde mental.



Considerações finais

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL é uma proposta que se efetiva de forma ética, na perspectiva da proteção integral e da garantia de direitos de adolescentes segundo os pressupostos do ECA e do SINASE. Desta forma, busca favorecer o cumprimento da medida socioeducativa com alcance transformador, ao garantir que a responsabilização pelo ato infracional cometido ocorra por meio de ações socioeducativas. Consiste em uma metodologia de trabalho criativa e colaborativa, que utiliza atividades, diversas linguagens e estratégias que podem favorecer um fazer com significado.

Esta metodologia utiliza a abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente, favorecendo seu engajamento em todo o processo de planejamento e realização das atividades. Nesta estratégia metodológica, o território de pertencimento do adolescente surge como potência de trabalho ao

possibilitar sua participação e reconhecimento de seu papel na própria comunidade, criando condições para o empoderamento na coletividade local.

Ressalte-se que ações interdisciplinares, transdisciplinares e intersetoriais são fundamentais para o enriquecimento da prática desenvolvida como resultado da pluralidade de diferentes perspectivas, repertórios de ação e arcabouços teórico-práticos dos profissionais envolvidos.

Em síntese, esta tecnologia social constitui em uma estratégia metodológica diferenciada, ao garantir avanços importantes a uma abordagem de construção coletiva, participativa e territorial, envolvendo o trabalho com os adolescentes em suas comunidades a partir do estabelecimento de parcerias nos territórios de vida dos adolescentes.

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL é uma estratégia que promove o adolescente ao papel de cidadão solidário, sem pré-julgamentos, desmistificando o rótulo do adolescente infrator. Portanto, propõe uma mudança significativa do lugar social do adolescente - de estigmatizado dado sua associação com o universo infracional para o cidadão de direitos, visível pela sua potência. Possibilita ainda ao adolescente, fazer parte de todo o processo de elaboração da prestação de serviço, reconhecer seu território com criticidade, protagonizar as ações e ressignificar seu lugar social.

Deste modo, a socioeducação é um referencial fundamental nos serviços de medidas socioeducativas, por promover a participação social, a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia de adolescentes e jovens.

Referências bibliográficas

1. Brasil. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União - Seção 1 – 16 jul.1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
2. Brasil. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União de 19 jan. 2012, retificado em 20 jan. 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm
3. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2010.
4. Política Nacional De Assistência Social – PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.
5. Brasil. Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília. Recuperado em 13 de junho de 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm
6. Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

7. Brasil. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União de 07 jul. 2011.
8. Teixeira MLT. Evitar o desperdício de Vidas. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e Responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 427-447.
9. Brasil. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.
10. Ferreira LAM. Execução das medidas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e Responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 397-426.
11. Silva R. Outras educações possíveis. In: Gadotti M; Carnoy M. (Org.). Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. 1ed. São Paulo: IPF/Lemann/Stanford Education, 2018, v. 0, p. 305-317.
12. Hooks b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
13. Costa, ACG, Vieira, MA. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.
14. Freire P. Educação como prática da liberdade – 45ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

